

## **Proposta Resolução de Conjuntura e Tática Política e Eleitoral**

### **8º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores**

#### **INTRODUÇÃO**

1. Anunciamos o século XXI no 2º Congresso Nacional (1999), vaticinando a falência moral e econômica do modelo neoliberal e apresentando à sociedade brasileira o "Programa da Revolução Democrática", para a construção de um Brasil livre, justo e solidário, compreendendo que a acumulação de forças exigia uma profunda síntese dialética entre a efervescência das lutas populares contra o neoliberalismo latente e um amplo programa democrático e popular.
2. Em 2003, quando o povo brasileiro elegeu o primeiro operário Presidente da República sob o signo da esperança, iniciamos uma transformação sem paralelos nas profundas estruturas arcaicas que nos sustentam, retirando pela primeira vez o Brasil do vergonhoso mapa da fome e delineando um projeto de nação que incluiu milhões de brasileiros e brasileiras na cidadania ativa.
3. Contudo, o êxito desse projeto, ao consolidar um modelo de desenvolvimento com inclusão social e ao ampliar a margem de manobra do Estado brasileiro, provocou uma reação coordenada dos setores rentistas e das frações do capital financeiro. A ofensiva que se materializou no processo do "Mensalão" não foi um evento isolado, mas uma articulação de caráter jurídico-midiático desenhada para desestabilizar nossa base de sustentação parlamentar. Denunciamos que essa investida ocorreu no exato momento em

que o país lograva uma inédita autonomia soberana frente às condicionalidades do sistema financeiro internacional, evidenciando que a tentativa de interdição política era, em última instância, uma estratégia para conter o aprofundamento das transformações estruturais em curso.

4. No 3º Congresso Nacional (2007), realizado sob o impacto da nossa reeleição, travamos um debate histórico que consolidou o Socialismo Democrático como o horizonte estratégico inarredável da nossa caminhada. Com a nitidez política de quem já ocupava o centro do poder estatal, reafirmamos que o socialismo não é um modelo estático, mas um processo de ampliação do desenvolvimento, do bem-estar social, da soberania e das liberdades democráticas, o que só será possível com alterações radicais na institucionalidade estatal e com a ampliação da participação popular direta na condução dos assuntos do Estado. Naquele momento decisivo, tomamos a decisão tática de sustentar o "governo de coalizão" como a ferramenta necessária para garantir a governabilidade e viabilizar reformas estruturais, como a valorização real do salário mínimo e a unificação das políticas de transferência de renda no Bolsa Família e, reforçando a necessidade da permanente luta política para disputar uma nova hegemonia, onde o controle social sobre o desenvolvimento e a distribuição das riquezas fossem os pilares da emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil.
5. Acompanhamos, em meio ao acirramento da luta de classes, o processo em que as agremiações tradicionais da direita brasileira sofreram uma profunda atrofia programática, sendo gradualmente capturadas por uma vertente reacionária ancorada em sistemas

globais de disputa de hegemonia. O esgotamento do projeto liberal-democrático das elites manifestou-se na postura irresponsável do PSDB após o pleito de 2014. Ao questionar o veredito das urnas sem qualquer fulcro de prova, a direita tradicional rompeu o pacto constitucional e abriu a "caixa de Pandora" do golpismo institucional. Esse movimento, catalisado pela disseminação industrial de fake news, pavimentou o caminho para a ruptura de 2016.

6. Compreendemos, sob a ótica da dialética histórica, que o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff foi um evento de dupla face: foi, simultaneamente, um golpe misógino e um golpe de classe. Foi misógino ao instrumentalizar a violência política de gênero para deslegitimar uma mulher que jamais se curvou aos desígnios do patriarcado; e foi de classe ao representar a reação da burguesia rentista contra a ascensão das majorias e contra a soberania energética, simbolizada pela entrega criminosa do pré-sal após a mudança na lei de partilha.
7. A alteração na Lei de Partilha e a abertura do Pré-sal ao capital estrangeiro revelaram a verdadeira face entreguista da coalizão golpista. O golpe de 2016 não visava apenas a interrupção de um mandato, mas a reconfiguração regressiva de todo o arcabouço de proteção social e soberania nacional construído desde 2003. Ao retirar do povo controle sobre suas riquezas energéticas, a elite golpista condenou o financiamento futuro da saúde e da educação ao altar dos lucros imediatos das corporações transnacionais. Essa traição de classe, revestida de legalismo hipócrita, foi o primeiro passo para a implementação de uma agenda de terra arrasada, que se aprofundou com o

congelamento de gastos e o desmonte dos direitos trabalhistas, submetendo o Brasil novamente aos ditames do mercado financeiro global.

8. A ascensão do governo Bolsonaro representou o ápice desse processo de degradação, instaurando um projeto de destruição nacional. O desastre civilizatório desse período manifestou-se de forma letal durante a pandemia de Covid-19, onde o negacionismo e a negligência resultaram em centenas de milhares de mortes evitáveis, expondo a face cruel do desmonte do SUS. O povo brasileiro viu-se diante do retorno da fome e da precarização absoluta.
9. Foi nesse cenário de terra arrasada que a figura do companheiro Lula, após sofrer uma perseguição judicial sistêmica e uma prisão política injusta – cujas sentenças foram devidamente anuladas pela justiça, emergiu como a única síntese capaz de restaurar a dignidade nacional.
10. A esperança que triunfou em 2022 foi a necessidade histórica de reconstrução frente ao neofascismo. O encarceramento injusto de Lula, fruto de um lawfare coordenado para interditar a soberania popular, tornou-se o símbolo máximo da nossa resistência política. Durante os 580 dias de vigília e mobilização, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras reencontrou sua essência combativa, denunciando que a prisão do nosso maior líder era o elo final de uma longa corrente.
11. A vitória de 2022, portanto, não foi apenas um resultado aritmético nas urnas, mas um veredito popular contra o obscurantismo e a espoliação. Os brasileiros e as brasileiras, ao resgatarem Lula, resgataram a si mesmos da tragédia humanitária e econômica do

bolsonarismo, reafirmando que a memória das conquistas passadas é o combustível para as lutas de libertação que o presente exige.

12. A retomada do governo em 2023 sob a liderança de Lula III ocorreu em um terreno minado por um Parlamento que raptou o orçamento público por meio de emendas impositivas e secretas, desestruturando a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas essenciais.
13. Denunciamos que o avanço do Poder Legislativo sobre o fundo público drenou recursos vitais para o desenvolvimento nacional, reduzindo drasticamente os investimentos produtivos e fragilizando programas históricos de inclusão. O atual governo enfrenta o desafio hercúleo de reconstituir o orçamento e recompor as bases do Estado Social, ao mesmo tempo em que precisa responder a demandas emergenciais de altíssima complexidade que foram deliberadamente negligenciadas nos governos de Temer e Bolsonaro.
14. Destacamos a urgência das questões climáticas, que hoje impõem desastres recorrentes sobre a população mais vulnerável, exigindo uma nova arquitetura de investimento público e de adaptação ambiental não prevista nas décadas anteriores. Nossa tarefa é dar conta dessa recomposição, combatendo a captura privatista do orçamento e garantindo que o recurso público volte a circular nas veias do desenvolvimento soberano.
15. Devemos olhar para 2026, neste 8º Congresso Nacional, com a nitidez política de que a reconstrução e o desenvolvimento do Brasil exigem a reafirmação histórica de um projeto

de país livre, comprometido com a classe trabalhadora, soberano, democrático, com justiça social, amplamente solidário e comprometido com o presente e o futuro.

16. Estabelecemos como prioridade inarredável a implementação de uma Reforma da Renda progressiva, desonerando o trabalho e tributando as grandes fortunas e os lucros excedentes. Precisamos vencer a disputa ideológica e política para transformar a sociedade, reafirmando que o PT é um projeto para o presente e o futuro, não apenas um instrumento de gestão de governos e mandatos nos parlamentos. Nossa força reside na capacidade de encantar o povo brasileiro com a possibilidade concreta de construirmos um País que ofereça uma vida melhor, realizando as mudanças estruturantes voltadas à eliminação das desigualdades e à construção de um desenvolvimento justo e sustentável que sirva aos interesses da classe trabalhadora.
17. As eleições presidenciais de outubro de 2026 serão, mais uma vez, a representação expressa do confronto entre dois projetos antagônicos. Não se trata apenas de impedir a volta dos golpistas nem de dar continuidade às políticas retomadas a partir de janeiro de 2023.
18. O que está em jogo é mais profundo, traduzido em contradições existenciais: democracia contra ditadura, soberania contra entreguismo, bem-estar contra sofrimento, desenvolvimento contra retrocesso, a esperança contra o medo, a vida contra a morte. O cenário revela a disputa entre dois projetos antagônicos: um que naturaliza as desigualdades e subordina direitos à lógica do mercado, e outro que afirma a soberania nacional, a democracia participativa e a centralidade da justiça social por meio do

enfrentamento às desigualdades com garantia de direitos e do trabalho e da renda como fundamentos de uma vida digna.

19. Nossa tática eleitoral para o próximo ciclo deve ser de ofensiva programática e unidade popular. Não podemos permitir que as forças da reação utilizem novamente a máquina da desinformação para sequestrar o debate público. A reeleição de Lula é o eixo em torno do qual devemos organizar a resistência contra a hegemonia financeira e a extrema-direita.

## CONJUNTURA INTERNACIONAL E LATINO-AMERICANA

### Geopolítica da Transição e a Emergência da Multipolaridade

20. O cenário internacional contemporâneo é definido pelo declínio da hegemonia unipolar e pela erosão das instâncias de mediação multilateral, processo que acirra a ofensiva multidimensional do centro imperialista sobre o Sul Global. Assistimos a uma tentativa de reafirmação de domínios por meio de sanções unilaterais, bloqueios econômicos e táticas de guerra híbrida, que visam constranger a autodeterminação de nações soberanas. O arranjo de poder consolidado após 1991, ancorado na primazia do sistema financeiro, enfrenta hoje o esgotamento de suas bases, evidenciando a ascensão da República Popular da China como o novo eixo da produção industrial e tecnológica global. Impulsionar a integração latino-americana, sonhada por Bolívar, Che e Abreu e Lima, com o reforço da CELAC e dos blocos econômicos como o Mercosul, como instrumentos de reconstrução do multilateralismo e das relações Sul-Sul, com destaque aos países emergentes e à China uma potência econômica e tecnológica com intensas relações bilaterais conosco no plano econômico, comercial e de trocas tecnológicas cujas parcerias de interesses mútuos e de reciprocidade devem ser preservadas nos princípios de soberania das nações.

21. Nesse contexto, a multipolaridade deixa de ser uma projeção teórica para se tornar a condição material de nossa autonomia. O protagonismo do Brasil nos BRICS e a gestão do Novo Banco de Desenvolvimento representam alavancas fundamentais para a democratização das relações financeiras globais. Nossa liderança no Mercosul e a

revitalização da CELAC constituem o anteparo necessário contra a reedição de doutrinas que tratam a América Latina como reserva estratégica de potências estrangeiras. Compreendemos que a estabilidade democrática brasileira é o fiel da balança para a integração continental; nossa soberania é a salvaguarda para a resistência de nações que, da Palestina a Cuba e Venezuela, enfrentam o arbítrio de cercos diplomáticos e militares. O primeiro passo para isso será derrotar as forças de direita que assumiram o governo em inúmeros países do continente, provocando uma verdadeira desintegração regional e tentando anular as instituições voltadas à integração, como a CELAC, a UNASUL e mesmo o MERCOSUL.

### **Neofascismo: A Reação à Decadência do Capital**

22. A ascensão de vertentes autoritárias e a normalização de discursos de ódio não são fenômenos isolados, mas a tradução política da crise estrutural do capitalismo neoliberal. Diante da incapacidade do sistema em assegurar a dignidade das maiorias e a reprodução da vida, as elites econômicas transmutam-se em forças reacionárias para salvaguardar a acumulação por meio da repressão. A extrema-direita atua como o braço ideológico dessa decomposição, canalizando o mal-estar social para o estigma contra as mulheres, a população LGBTQIA+, os povos originários e a população negra. Trata-se de uma resposta violenta à estagnação das forças produtivas e a uma financeirização que devora o orçamento público, precarizando o trabalho e distribuindo a escassez como método de controle social.

23. Frente a esse cenário de desmonte dos direitos sociais e colapso ambiental, reafirmamos o compromisso do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras com um projeto que submeta o lucro às necessidades humanas. A crise civilizatória exige uma ruptura com os ajustes meramente regulatórios; demanda a construção de uma nova hegemonia que enfrente a concentração obscena de riqueza e a predação de recursos naturais. Nossa tarefa histórica consiste em organizar a indignação das massas, demonstrando que a saída para a crise não reside no autoritarismo das oligarquias, mas na radicalização democrática e na edificação de uma sociedade emancipada.

### **Big Techs: A Base Material do Autoritarismo Digital**

24. Alertamos que a ofensiva reacionária encontra sua infraestrutura técnica e econômica no domínio das Big Techs. Estas corporações operam como enclaves de poder transnacional que capturam subjetividades por meio de arquiteturas algorítmicas desenhadas para exaltar o individualismo e fragmentar a solidariedade humana, por consequência de classe. Ao controlarem o fluxo informacional e a monetização do conflito, as plataformas digitais tornaram-se vetores de desumanização e negacionismo, visando erodir a confiança nas instituições públicas e na ação coletiva. Defendemos a implementação de mecanismos concretos de regulação das plataformas digitais, incluindo obrigatoriedade de transparência algorítmica, interoperabilidade entre serviços, auditoria pública de sistemas automatizados e responsabilização das empresas por danos sociais causados por seus modelos de negócio. É fundamental promover e incentivar o desenvolvimento e adoção de

tecnologias baseadas em software livre, redes federadas e infraestruturas públicas digitais, garantindo soberania tecnológica e controle social sobre os fluxos de informação.

25. Esse controle oligárquico dos dados e das redes de manipulação constitui uma ameaça direta à soberania popular. O uso industrial da desinformação e das fake news como ferramentas de guerra política exige um enfrentamento soberano pelo Estado brasileiro. Não permitiremos que interferências externas ou redes de manipulação transnacional condicionem nossas decisões estratégicas ou sequestrem o debate nacional. Regular o poder das plataformas e defender a soberania digital são passos imperativos para assegurar que a vontade dos trabalhadores e das trabalhadoras não seja obliterada por mecanismos tecnológicos a serviço do capital e do retrocesso político. Defendemos a construção de uma estrutura permanente de comunicação popular digital, com formação tecnológica da militância, produção descentralizada de conteúdo, utilização de ferramentas abertas e protocolos de resposta rápida à desinformação, articulando ação política nos territórios físicos e digitais.

### **América Latina: Integração, Soberania e Defesa Nacional**

26. A integração latino-americana sob governos progressistas demonstrou capacidades transformadoras reais. CELAC, UNASUL e MERCOSUL, quando liderados por projetos populares, funcionaram. Hoje, com o Brasil sob Lula retomando seu papel de liderança internacional, é possível reconstruir este projeto. A reeleição de Lula é decisiva para o futuro da América Latina e do Caribe. Sem o Brasil, a integração regional não avançará.

Sem integração, não teremos desenvolvimento nem soberania. Sem soberania, seremos novamente colônia.

27. O caso da Venezuela é emblemático desse contexto. O sequestro de Cilia Flores e do presidente Nicolás Maduro, somado às tentativas reiteradas de impor uma transição política tutelada, evidencia a violação aberta da soberania nacional e do direito internacional para o controle de recursos estratégicos, especialmente o petróleo. Da mesma forma, o recente bloqueio ao envio de petróleo a Cuba integra uma política criminosa e prolongada de asfixia econômica contra um povo que sustenta um projeto soberano e socialista, culminando em uma grave crise humanitária. Essas agressões compõem uma estratégia de recolonização que ameaça toda a região latino-americana. Na sua sanha de dominação imperialista, Trump ameaçou retaliar com tarifaço o país que exportou petróleo a Cuba, socorrendo o povo e sua economia, cuja produção energética depende das termoelétricas movidas a combustíveis fósseis. Nossa solidariedade deve se estender além do aporte de tecnologias de energia eólica, solar e biomassa, e, mesmo nos limites atuais do sistema de partilha, buscar mecanismos da PPSA de fornecer cotas de petróleo às refinarias daquele país, garantindo minimamente energia aos serviços essenciais à vida e ao bem-estar do povo e a normalização das atividades econômicas daquela nação soberana e socialista.

28. A solidariedade com Venezuela, Cuba, Palestina e todos os povos que resistem ao imperialismo não é apenas um posicionamento moral: é estratégico. Nos une na luta por um mundo multipolar, democrático, justo e que respeita a autodeterminação dos povos. O

PT reafirma sua exigência pela libertação imediata de Nicolás Maduro e Cilia Flores. O PT declara ainda seu apoio às forças democráticas que, nos Estados Unidos, se opõem à campanha fascista que o governo Trump desencadeou contra os migrantes. O PT reitera a condenação à agressão estadunidense à soberania venezuelana com a invasão e sequestro do Presidente Maduro, exigindo sua imediata libertação e da primeira-dama Cilia Flores. Tendo os EUA reconhecido a assunção do governo pela Vice-Presidenta Delcy Rodrigues, legitima-se o processo eleitoral do país, como sempre preconizou o PT, abrindo o caminho para a retomada da soberania venezuelana ao qual o Brasil deve acenar para a integração ao Mercosul, à adesão ao Novo Banco de Desenvolvimento e ao BRICS.

29. Os trabalhadores e povos de todo o mundo já sentem as consequências da guerra criminosa que os EUA e Israel iniciaram contra o Irã. O custo de vida para a classe trabalhadora aumenta, o genocídio em Gaza continua apesar do "Conselho de Paz" criado por Trump, Israel recomeçou o bombardeio do Líbano e a guerra da Ucrânia se arrasta há mais de 4 anos. Conflitos armados se multiplicam em vários continentes é isto que o capitalismo tem a oferecer como futuro para a humanidade: a guerra e a barbárie. Ao mesmo tempo, a resistência popular cresce: 8 milhões foram às ruas nos EUA na manifestação "No Kings", em mais de 3 mil cidades, contra a guerra, o ICE e o custo de vida. O PT se solidariza a esse movimento e busca o diálogo com organizações e movimentos que, nos EUA e em todo o mundo, rejeitam a política de guerra e a barbárie do imperialismo.

30. O PT condena a guerra de agressão dos Estados Unidos e de Israel contra a República Islâmica do Irã, vinculada a um projeto mais amplo de destruição da institucionalidade

multilateral e de imposição da hegemonia imperial por meios militares, econômicos e tecnológicos. A aliança estrutural entre Washington e o regime sionista busca eliminar os polos de resistência ao projeto imperialista, usando "Conselho da Paz" de Trump como instrumento de legitimação da ordem colonial no Oriente Médio não como caminho de pacificação real. O PT reafirma a natureza colonial do sionismo e a responsabilidade do Estado de Israel pelo mais grave genocídio do século XXI, com a devastação de Gaza, o massacre do povo palestino e o bloqueio deliberado de alimentos, água, medicamentos e energia. O PT reafirma sua plena solidariedade à OLP, à Autoridade Palestina e à unidade das organizações palestinas como condição para a construção de um Estado soberano e democrático, e estende essa solidariedade ao povo iraniano e a todos os povos do Oriente Médio que enfrentam a guerra, a ocupação e a ingerência imperialista.

31. A política externa estará em debate nas eleições de 2026 e neste debate defenderemos as posições justas: a democracia, a soberania, o desenvolvimento, a defesa do planeta, os direitos dos povos, a integração e a paz. O PT deve ser vanguarda nestas lutas globais.
32. O PT saúda a posição do governo espanhol, encabeçado por Pedro Sánchez (PSOE), contrária à guerra movida pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, posição que constitui exceção no cenário europeu, onde a maioria dos governantes adota postura submissa frente aos EUA, cumplicando com o genocídio praticado pelo regime sionista e apoiando o governo de Zelenski. O PT reafirma sua posição em favor da paz e reitera que não haverá paz verdadeira enquanto prevalecer o imperialismo e seu braço armado, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

33. Cerca de 4,9 milhões de brasileiras e brasileiros vivem, trabalham e estudam no exterior, enviando mais de US\$ 4,5 bilhões anuais em remessas para suas famílias no Brasil. Diante do avanço da extrema-direita em diversos países, essa população enfrenta políticas migratórias restritivas, criminalização da imigração, racismo e xenofobia. O PT defende a implementação de políticas públicas que garantam o pleno exercício da cidadania na diáspora, incluindo o fortalecimento dos serviços consulares com participação cidadã, a ampliação do direito ao voto no exterior com mais urnas e locais de votação, o direito ao repatriamento com políticas de acolhimento, a cooperação bilateral para reconhecimento previdenciário e proteção de mulheres e crianças vítimas de violência, e a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira.

34. O imperialismo não opera apenas no campo político e econômico, e as agressões recentes reforçam a urgência de valorizar e reconstruir o sistema de Defesa Nacional brasileiro. A base industrial da defesa deve pavimentar os avanços dos equipamentos e das estruturas gerais das Forças Armadas, garantindo que o Brasil tenha capacidade soberana de defesa de seu território e de sua população. A inteligência de Estado precisa ser reconhecida como atividade essencial, não apenas na persecução criminal, mas principalmente na prevenção estratégica frente à espionagem, à interferência externa, ao terrorismo e à criminalidade transnacional, por meio do fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

## CONJUNTURA NACIONAL

### O Brasil em Disputa: As Evidências de Projetos Antagônicos

35. O Brasil vive uma disputa entre dois projetos de nação: um popular, democrático e soberano, representado pelo Presidente Lula e sustentado pelo PT; outro autoritário, excludente, subordinado ao capital rentista e às potências imperialistas, representado pela extrema-direita organizada. A defesa da democracia é nossa bandeira histórica, uma luta que se torna ainda mais relevante diante das profundas desigualdades sociais que caracterizam a formação do capitalismo em nosso país. Desde os primórdios da colonização, quando a economia brasileira se baseava na exploração do trabalho escravo, as disparidades sociais tornaram-se uma constante, manifestando-se em áreas como educação, saúde e oportunidades de emprego, refletindo uma herança que favorece uma elite em detrimento da maioria.

36. No plano interno, o governo do presidente Lula está reconstruindo o Brasil por meio da retomada de um projeto popular de desenvolvimento, após anos de destruição institucional. O governo Lula 3, em seus primeiros anos, retomou políticas sociais estruturantes. Destacam-se a revalorização do salário mínimo acima da inflação, a redução do desemprego aos menores patamares históricos, a saída do Brasil do mapa da fome, a reconstrução das políticas sociais, a recuperação da capacidade de investimento do Estado, o relançamento de uma política industrial, a centralidade da agenda ambiental e climática, o fortalecimento da política externa soberana e a retomada do papel do Brasil no

cenário internacional. Estas são conquistas concretas que precisam ser defendidas e ampliadas.

37. Porém, é fundamental reconhecer: para uma parcela significativa do povo brasileiro, especialmente da classe trabalhadora mais precarizada, estas melhorias ainda não se efetivam em transformações profundas de suas condições de vida. Bolsonaro recebeu 49,17% dos votos precisamente porque veste a máscara mentirosa de anti-sistema e em parte dialoga com o povo que mais sofre e que quer não apenas melhorias pontuais. Setores da classe dominante brasileira, os que não aceitam pagar impostos, os que vivem da especulação e da fraude financeira, os que se opõem à reindustrialização do Brasil, vêm atuando abertamente para tentar impedir a reeleição de Lula, lançando mão de métodos que vão desde a sabotagem econômica até o crime eleitoral. Nossa resposta a estes setores será o cumprimento da lei e a defesa de um Brasil de igualdade e justiça social, o que exige superar o modelo primário-exportador baseado na mineração e no agronegócio. A nossa tarefa histórica, portanto, não se encerra na reconstrução. É necessário aprofundar as reformas estruturais, enfrentar as desigualdades históricas e romper com os privilégios das elites econômicas, financeiras e culturais, que seguem bloqueando o desenvolvimento nacional e a ampliação de direitos.

### **O Compromisso com a Democracia**

38. Ao reafirmarmos nosso compromisso com a democracia, é fundamental reconhecer as profundas desigualdades sociais que moldam nossa sociedade e influenciam diretamente a dinâmica democrática. O PT se ergue como uma força política comprometida com a luta

incessante por justiça social e inclusão. A emergência de regimes autoritários e a polarização política ameaçam os direitos humanos em todo o planeta. A luta pela democracia é uma luta global, essencial para garantir um futuro sustentável e justo para todos.

39. O papel do PT na redemocratização do Brasil nos anos 1980 foi fundamental para a construção de um novo horizonte político. O PT se destacou como um bastião da resistência, mobilizando trabalhadores e setores da sociedade civil em prol da democracia. Nossas lutas por direitos trabalhistas e sociais foram essenciais para a transição do autoritarismo para um regime democrático. Nos anos 1990, o PT desempenhou papel crucial na luta contra o projeto privatista neoliberal, defendendo a importância de manter o controle estatal sobre setores estratégicos da economia.
40. O legado que construímos ao longo dos anos é repleto de conquistas que buscam enfrentar essas desigualdades históricas. Programas emblemáticos como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida são exemplos de nossa determinação em combater a pobreza. Essas ações empoderaram o povo, permitindo que se tornem participantes ativos na vida política e social. A democratização do acesso à educação, com a criação e expansão das universidades públicas e as políticas de cotas, abriu as portas do conhecimento para gerações inteiras.
41. Enfrentar o racismo e promover a democracia racial ocupam lugar de destaque em nossa agenda. Reconhecemos que o racismo estrutural ainda persiste em nossa sociedade e que é nossa responsabilidade combatê-lo com vigor. A promoção dos direitos da população

negra, por meio de políticas afirmativas e do enfrentamento à violência letal e a todas as formas de discriminação, é essencial para garantir igualdade de oportunidades.

42. A igualdade de direitos entre homens e mulheres é uma prioridade que não podemos deixar de lado. Não existe sociedade democrática sem as mulheres. Garantir o direito à vida, promover políticas reparadoras de promoção social, representação política e autonomia econômica das mulheres está na centralidade de nosso processo político.

43. A democracia substantiva se traduz em condições materiais de existência: alimento, educação, dignidade, proteção aos territórios e reconhecimento das diversidades, como expressão ética e prática de um projeto de nação orientado pelo bem comum. Na atual correlação de forças, a defesa da democracia tem absoluta centralidade como fator de estabilidade do projeto popular e como condição de possibilidade para o avanço da participação popular e do controle social sobre as políticas públicas. Defender a democracia hoje significa também construir uma democracia digital ativa, com plataformas públicas de participação social, uso prioritário de software livre no Estado, governança democrática de dados e ampliação de mecanismos de decisão direta mediados por tecnologias abertas, garantindo transparência, auditabilidade e controle social.

### **O Desafio da Disputa Ideológica**

44. Este é o ponto crucial: nosso discurso não pode ser apenas "Lula fez, Lula vai fazer. O PT fez, o PT vai fazer". A crise mundial do capitalismo atinge também o Brasil e impacta diretamente a vida dos trabalhadores. Uma geração inteira de brasileiros não terá

aposentadoria. Jovens vivem em precariedade permanente. A população negra enfrenta violência estrutural. Mulheres sofrem feminicídio. Pessoas LGBTQIA+ enfrentam discriminação cotidiana. Tudo isso combinado com a maior crise climática que a humanidade já sofreu.

45. Para vencer, não basta falar do risco que o Brasil corre caso a direita vença as eleições; tampouco basta falar do que fizemos. É preciso que o PT e nossa candidatura se apresentem como portadores de um futuro radicalmente diferente, acentuando sua dimensão antissistêmica, propondo reformas estruturais. Precisamos encantar o povo com a possibilidade concreta de um futuro diferente: uma sociedade onde o trabalho seja dignificado, onde não exista fome, onde todos possam viver com segurança, onde os recursos naturais sirvam ao povo e onde a soberania nacional seja defendida. A ofensiva da extrema-direita sustenta-se no ódio às mulheres, à população negra, indígena e LGBTQIA+, aos trabalhadores e às organizações populares. Enfrentá-la exige disputa de valores e disputa ideológica permanente, organização popular, reconstrução de laços coletivos e a apresentação de um conjunto de valores fundados nos direitos humanos, na justiça social e na solidariedade.

46. No campo da segurança pública, o PT precisa apresentar uma alternativa democrática, cidadã e antirracista, fazendo o enfrentamento ao marketing político que explora chacinas e mortes como ações eleitorais. A história comprova que praticamente todas as ações estruturantes que já existiram na segurança pública do Brasil foram criadas em gestões do PT, e esse legado precisa ser disputado e comunicado com clareza ao povo brasileiro.

Reafirmamos a necessidade urgente de criar o Ministério da Segurança Pública, instrumento indispensável para uma política de segurança democrática e eficaz.

47. Durante nossos governos, uma parte do sistema judiciário atuou de maneira golpista, especialmente no chamado Mensalão e na Operação Lava Jato. A atitude do STF contra os golpistas de 8 de janeiro, atitude que saudamos, não elimina a necessidade de uma profunda reforma do judiciário, não apenas para eliminar a promiscuidade entre juízes e empresários, mas também para superar a lógica neoliberal que prevalece na maior parte das decisões do judiciário nas questões relativas à ordem econômica e social.

### **Planejamento de Longo Prazo e Inovações Econômicas**

48. Um elemento imprescindível para dar consistência ao projeto político nacional é o Planejamento de Longo Prazo. Ele permite projetar a modificação da realidade econômica, social, cultural e tecnológica do país com visão de futuro, numa dimensão territorial e com perfil de política permanente de Estado. O Planejamento de Longo Prazo estrutura e organiza as cadeias produtivas, a pesquisa e inovação, o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento técnico-científico e o manejo sustentável dos recursos naturais, tornando-se instrumento central para que o Brasil supere sua condição de país primário-exportador e construa um projeto soberano de desenvolvimento.

49. O Planejamento de Longo Prazo traz consigo a democratização das finanças públicas, potencializando investimentos, possibilitando a descentralização do Estado e de suas políticas, a redução das desigualdades regionais e a inclusão produtiva. Seu objetivo

central é ocupar e dinamizar o território como espaço de realização das ações do Estado Democrático, garantindo que o desenvolvimento chegue a todas as regiões do Brasil e não apenas aos centros econômicos historicamente consolidados.

50. São inovações políticas com força transformadora na economia e na ampliação dos espaços de ação das políticas públicas: as cooperativas de trabalhadores e empreendedores, os consórcios multifinalitários e de serviços intermunicipais e interfederativos, que se tornaram agentes fundamentais nas ações estatais de impacto nas mais diversas áreas, os bancos comunitários e cooperativos, e as operações de mercados institucionais articuladas aos segmentos produtivos das economias criativa, solidária e circular, que ganham expressão econômica e dão nova configuração ao mercado e às redes de serviços. Essas experiências precisam ser reconhecidas, fortalecidas e escaladas como parte do projeto de desenvolvimento popular do PT.

51. A criação das condições para uma efetiva soberania e para a ampliação das liberdades democráticas passa pelo desenvolvimento de um forte parque industrial, composto por empresas privadas e públicas, de médio e grande porte, com alta produtividade baseada na tecnologia mais avançada e em relações de produção que garantam bem-estar à classe trabalhadora. A industrialização é condição incontornável para que o Brasil transforme profundamente sua sociedade e mude seu lugar no mundo, deixando de ser uma subpotência dependente, primário-exportadora e paraíso do capital financeiro, uma das nações mais desiguais do mundo. É fundamental incorporar à estratégia de desenvolvimento a economia digital, com regulação do trabalho em plataformas, incentivo

a modelos cooperativos e solidários digitais, tributação justa das grandes empresas de tecnologia e promoção de alternativas públicas e comunitárias.

52. O PT precisa formular uma política consistente para as parcerias público privadas, afirmando o papel central do Estado enquanto poder concedente e construindo uma política de concessões que descarte as privatizações tradicionais centradas na perda de patrimônio público. O PT recomenda ao governo federal, bem como aos governos estaduais e municipais do Partido, que tome todas as medidas ao seu alcance no sentido de reverter as privatizações, as terceirizações, as Organizações Sociais e outros mecanismos que têm se constituído de fato em privatizações.

### **Autonomia do Banco Central: Bloqueio ao Projeto Popular**

53. Um dos principais entraves ao avanço do projeto popular é a política monetária conduzida pelo Banco Central, cuja autonomia, criada durante o governo Bolsonaro, tem operado como instrumento de bloqueio ao projeto eleito nas urnas. A manutenção de taxas de juros elevadas aprofunda a financeirização da economia, drena recursos públicos, restringe o investimento produtivo e limita a capacidade do Estado de promover crescimento com justiça social. A reversão desse modelo de autonomia é parte do enfrentamento aos privilégios do capital financeiro.

54. Afirmamos ainda a necessidade de revisão da meta de inflação, compatibilizando-a com crescimento econômico, geração de empregos de qualidade, fortalecimento do investimento público e ampliação das políticas sociais.

## **Crise de Representação no Congresso e Emendas Parlamentares**

55. A conjuntura nacional é marcada por uma crise profunda de representação e funcionamento do Congresso Nacional, um espaço historicamente hegemônico por interesses das elites econômicas, que vem operando de maneira recorrente como instância de bloqueio ao programa escolhido pela soberania popular. O sistema político brasileiro do presidencialismo de coalizão, centrado no voto proporcional unipessoal, gera estruturalmente distorções políticas, cooptação e práticas de "compra política" em nome da governabilidade. Somado ao controle do orçamento público pelo Legislativo, esse arranjo retira do Executivo sua plena capacidade governativa, subordinando o programa eleito às negociações clientelistas permanentes.

56. A captura do orçamento público por meio das emendas parlamentares impositivas, ampliadas nos últimos anos e combinadas a mecanismos herdados do orçamento secreto, distorce o funcionamento do presidencialismo, subordina a execução das políticas públicas a interesses privados e clientelistas e estabelece um sistema permanente de chantagem política sobre o Executivo. É fundamental que o nosso partido dispute o sentido das emendas parlamentares, contrapondo o modelo do orçamento participativo e democrático ao modelo do orçamento secreto e clientelista. O PT defende o fim das emendas parlamentares impositivas, que vêm sequestrando o orçamento público e impondo um ilegal parlamentarismo orçamentário, eivado de distorções e crimes.

57. No interior do atual Congresso, a violência política de gênero se manifesta de forma explícita por meio de instrumentos de constrangimento, intimidação e de silenciamento

das mulheres, prática que visa disciplinar a atuação política e limitar sua presença nos espaços de poder. Essa violência assume caráter ainda mais sistemático e orquestrado nas Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, onde vereadoras de esquerda em todo o país são alvo de perseguições institucionais, assédio político, tentativas de cassação e criminalização. O enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres constitui uma prioridade política e civilizatória, inseparável da luta democrática, da defesa da vida e da construção de uma sociedade justa e igualitária.

58. É por isso que uma Reforma Política e Partidária profunda se torna urgente e necessária. É preciso preparar a defesa da introdução do voto em lista, uma lista que respeite a paridade de gênero e os demais instrumentos de representação popular que reflitam a realidade da sociedade. É fundamental defendermos isso porque promove a democratização dos partidos e sua despatrimonialização, ampliando as possibilidades de novas bases sociais emergirem e/ou se consolidarem e, promovendo mais nitidez dos programas político-ideológicos existentes e quais tem caráter genuinamente nacional.

### **A Recuperação de Símbolos e a Defesa da Soberania**

58. A esquerda precisa retomar os símbolos da nação capturados pela extrema-direita.

Para defendermos nossa soberania, precisamos garanti-la em todas as suas dimensões: soberania produtiva, com industrialização, ciência e tecnologia nacionais; soberania alimentar, com reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; soberania energética, com a recuperação do controle público sobre a Eletrobrás e a Petrobras; soberania comunicacional, com a criação de empresas nacionais, públicas e privadas,

que substituam as Big Techs; soberania sobre os recursos naturais, com uma estatal para gerir as terras raras, a retomada do controle público sobre a Vale e políticas ambientais compatíveis com nosso desenvolvimento; soberania militar, com Forças Armadas capazes de defender o país das agressões imperialistas; e soberania cultural, construindo uma consciência de massa democrática, popular e socialista. A soberania tecnológica deve ser afirmada como eixo estratégico, com a construção de uma política nacional de desenvolvimento baseada em software livre, infraestruturas públicas digitais, autonomia em dados e redução da dependência de plataformas e serviços controlados por corporações estrangeiras.

59. O Partido dos Trabalhadores afirma o software livre como diretriz estratégica de Estado, promovendo sua adoção na administração pública, incentivando comunidades tecnológicas e garantindo transparência, auditabilidade, segurança e soberania nos sistemas digitais utilizados pelo poder público.

60. A Amazônia não é um tema ambiental: é soberania nacional. O petróleo não é um ativo financeiro: é riqueza que pertence ao povo. A industrialização não é um slogan antigo: é capacidade de desenvolvimento autônomo. A segurança alimentar não é caridade: é direito fundamental. Este vínculo entre soberania nacional e entregas sociais é decisivo. Uma nação subjugada não consegue garantir alimentação, emprego e segurança para sua população. Só uma nação soberana, que defende suas riquezas e sua autonomia, consegue oferecer aos seus filhos e filhas uma vida digna.

## **O Combate à Desesperança**

61. A extrema-direita se nutre da desesperança, proclamando: "Nada vai mudar, o sistema é injusto, há corrupção em tudo; então, por que não eleger quem, ao menos, fala a verdade?" Essa é a desesperança organizada na esfera política.

62. O Partido dos Trabalhadores (PT) deve ser exatamente o oposto: uma promessa estruturada de transformação. Não se trata apenas de melhorias pontuais mas da construção de uma sociedade onde a vida seja possível e respeitada, onde o trabalho e os novos perfis de ocupação produtiva tenham garantia de direitos e seja devidamente valorizado e a riqueza produzida seja equitativamente distribuída, com impostos mais justos, com o orçamento público voltado a implementação de políticas públicas que aprofundem a democracia participativa e popular. Cada conquista realizada por nossos governos abriram caminho para a construção de um novo Brasil e é pelo aprofundamento do programa democrático e popular é que podemos falar de futuro e apresentar um conjunto de novas perspectivas para o Brasil e esperar mais uma vez o povo.

## **TÁTICA POLÍTICA E ELEITORAL PARA 2026**

### **Reeleger Lula para garantir a vida do povo e a soberania nacional**

63. A estratégia central do próximo período é a garantia da reeleição do Presidente Lula, como prioridade absoluta do PT. Diversas pesquisas indicam que Lula lidera a disputa, a eleição está a 6 meses de distância, e a direita brasileira apresentou suas melhores expressões nas candidaturas de "Flávio" - o Bolsonaro, Caiado, Zema e etc farão de

tudo para tentar vencer, inclusive ampliar o aceno para Trump e os oligopólios tradicionais e novos, buscando apoio em governos e empresas estrangeiras. A tradicional direita brasileira não cabe na dancinha e leu alguns cenários. Tarcísio se resguardou para um melhor momento para ele no cenário nacional, no entanto vai enfrentar uma difícil eleição em São Paulo. O mesmo acontecerá no Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e outros grandes colégios eleitorais onde o eleitorado tem maior margem de crescimento para o presidente Lula. O PT enfrentará uma eleição difícil, mas está atento, bem posicionado e se organizando para o processo nas ruas e nas redes. Cabe a nós do PT, construindo com todas as forças democráticas, progressistas e de esquerda da sociedade brasileira, manter um clima de mobilização e diálogo permanente com o conjunto da população brasileira, para apresentar nosso projeto de futuro, desfazer mentiras, explicar o que fizemos e debater o que pretendemos fazer no próximo mandato.

64. Assim como ocorreu nas eleições de 2022, a direita está mobilizando esforços para tentar conduzir a disputa presidencial ao segundo turno, com a intenção de formar uma frente anti-Lula. Entretanto, é fundamental reconhecer que, naquele contexto, a formação de uma ampla frente democrática, que conseguiu atrair diversos segmentos, incluindo aqueles da centro-direita, para o nosso campo político, deve ser reeditada, expandida e amplamente incentivada em todos os Estados. Essa iniciativa deve envolver os diferentes setores da sociedade, incluindo movimentos sociais, artistas, intelectuais, juventudes, mulheres e amplos segmentos populares.

65. Precisamos estar presentes em cada território, em cada comunidade, em cada local de trabalho, dizendo ao povo: há esperança, há futuro e há possibilidade de vitória. Essa reeleição é condição indispensável para consolidar a democracia brasileira frente à ameaça golpista e autoritária, derrotar o projeto da extrema-direita organizado internacionalmente, criar espaço político para avanços estruturais na vida do povo e demonstrar ao mundo que a América Latina seguirá como território de paz, no caminho do desenvolvimento com soberania.

### **Diretrizes para a Construção Tática e Política de Alianças**

66. O PT deve construir uma tática política capaz de consolidar um campo político na sociedade brasileira fundado em valores democráticos, de justiça social, de enfrentamento às desigualdades e de defesa dos direitos humanos. É necessário, entretanto, que o PT trabalhe para que as parcerias sejam cada vez mais programáticas e não apenas pragmáticas: nossa aliança deve ser fundada em valores e compromissos com o projeto popular buscando incidir na aritmética eleitoral. Uma tática que envolva o conjunto de forças políticas progressistas da sociedade brasileira, incluindo partidos políticos, mas de forma significativa a diversidade de movimentos sociais e populares, projetando o campo político que queremos construir no Brasil não apenas para o próximo processo eleitoral, mas para o próximo período histórico da nossa democracia.

### **Fortalecimento da Bancada Parlamentar e dos Governos Estaduais**

67. A reeleição de Lula deve ser conjugada a uma tática que assegure também a ampliação das bancadas petistas na Câmara Federal, no Senado e nas Assembleias Legislativas, assim como a conquista de governos estaduais onde houver possibilidades. Isso pode ocorrer sem prejuízo às necessárias alianças para garantir a reeleição do nosso projeto nacional. O PT precisa sair maior das eleições deste ano.
68. Nossas candidaturas às eleições legislativas deverão observar as questões em debate que são centrais para a vida do povo, como o direito à vida e a viver, defendendo a redução da jornada de trabalho, o fim da escala 6x1, a implementação de uma reforma tributária que responsabilize os ricos e a promoção de uma reforma política que democratize a representação..
69. Acreditamos que a disputa nacional se concretiza nos territórios; por isso, o Partido, em colaboração com a Federação Brasil da Esperança, deve assumir um papel de liderança na união de forças democráticas em cada unidade da federação. Nossa participação nas eleições majoritárias será guiada pela competitividade e pelo fortalecimento do campo popular, atuando como agentes chave na harmonização entre os palanques estaduais e a candidatura presidencial. Nosso objetivo é atrair o voto de setores atualmente influenciados pela direita, enquanto priorizamos manter e ampliar o apoio dos setores populares – mulheres, população negra, moradores das periferias e juventude trabalhadora – que foram fundamentais na eleição de 2022 e continuarão a ser decisivos em 2026

70. Paralelamente, priorizaremos a montagem de chapas proporcionais completas para viabilizar mandatos federais em todo o país. O partido seguirá construindo e investindo nas políticas afirmativas, junto às secretarias setoriais, para ampliar a diversidade e a representatividade das nossas bancadas, assim como fortalecer as cotas obrigatórias para mulheres e pessoas negras e, agora, também com a inclusão de cotas para indígenas. Promoveremos uma estratégia de mobilização popular já na pré-campanha, transformando cada bairro e local de trabalho em espaços de debate sobre o Programa Lula 2026 e fortalecendo nossos núcleos de base e comitês populares. A tática eleitoral deve integrar de forma orgânica a presença territorial com a atuação em redes digitais, utilizando ferramentas abertas, análise de dados para mobilização social e fortalecimento de uma cultura de organização em rede, garantindo capilaridade e capacidade de disputa no ambiente digital.

71. Esta estratégia se estende aos brasileiros e brasileiras no exterior: os Núcleos do PT no Exterior, sob orientação da SRI, devem organizar plano de trabalho eleitoral que inclua campanhas de filiação, engajamento da juventude universitária, divulgação do prazo de transferência do título eleitoral, articulação de comitês de campanha nos diferentes países, sensibilização de partidos e organizações progressistas para ampliar a solidariedade internacional à reeleição de Lula e fiscalização da apuração no exterior.

72. As direções estaduais constituirão fóruns permanentes com os partidos da base aliada, enquanto nossos Grupos de Trabalho Eleitorais (GTEs) orientarão cada candidato e

cada candidata proporcional a atuar como defensores e defensoras centrais da candidatura de Lula em suas áreas de ação política.

73. Ganharemos em 2026 se conseguirmos combinar força eleitoral com força social e partidária organizada, defesa do governo com crítica propositiva, campanhas eficientes com organização de base, amplitude de alianças com nitidez programática e diálogo com o povo com disposição concreta de mudar o país.